

Estados têm oito meses para reduzir folhas

Deise Leobet
de Brasília

Estados e municípios têm oito meses para equilibrar os seus gastos com as suas folhas de servidores inativos, que neste ano devem acumular um déficit de cerca de R\$ 16,1 bilhões. A partir de 1º de julho do próximo ano, os entes estatais (União, Estados e Municípios) cujos gastos previdenciários excederem 12% da suas receitas correntes líquidas estarão sujeitos a pelo menos três sanções: ficarão impedidos de obter financiamentos de bancos oficiais, não receberão aval da União para tomar empréstimos externos e terão suspensas as transferências voluntárias do governo federal.

Essas penalidades estão na medida provisória que institui a Lei Geral dos Regimes de Previdência Social dos Servidores Públicos, que deve ser baixada hoje pelo governo.

Segundo o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, com essas medidas os Estados e os municípios ficarão obrigados a se enquadrar ao ajuste fiscal, da mesma forma que a

União já vem fazendo. Ontem mesmo, o governo baixou a medida provisória que estabelece a cobrança da contribuição adicional de 9% aos servidores públicos da ativa com renda mensal superior a R\$ 1,2 mil por cinco anos, a partir de 1º de fevereiro do próximo ano.

Hoje, 308.236 funcionários públicos federais ganham mais do que R\$ 1,2 mil, o equivalente a um terço dos servidores da União. Na próxima legislatura, a cobrança da adicional e da contribuição previdenciária de 11% será estendida aos inativos da União.

Deputados e senadores também ficarão sujeitos às mesmas regras já em fevereiro de 1999, quando começa a vigorar o plano de seguridade social que irá substituir o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Pelo novo modelo, para cada real pago pelo parlamentar, o Legislativo pagará outro em contra-

partida. A aposentadoria poderá ser requerida a partir dos 60 anos de idade e 35 anos de serviço.

Com a taxação dos servidores inativos e a cobrança da contribuição adicional de ativos, aposentados e pensionistas, o ministro estima reduzir o déficit da Previdência dos atuais R\$ 18 bilhões para cerca de R\$ 14 bilhões no próximo ano.

Os recursos obtidos com a arrecadação das contribuições adicionais serão depositadas em uma conta individual para cada servidor. O go-

verno ainda não definiu o destino desses recursos após esse período. De acordo com Ornelas, isso só começará a ser desenhado com a regulamentação da Previdência.

“O nosso objetivo é fazer uma mudança substantiva no que diz respeito à questão previdenciária”, explicou o ministro. “No futuro, cada servidor poderá escolher o momento

da sua aposentadoria, respeitado o limite mínimo estabelecido. Nós poderemos ter dois servidores, ocupando o mesmo cargo, mas contribuindo com alíquotas diferentes”.

Na prática, o governo está propondo a criação de um regime de Previdência pública para o setor público, como os fundos de pensão do setor privado, e garantir o equilíbrio das contas. O mesmo equilíbrio será exigido de estados e municípios, segundo o ministro. Para auxiliar os estados a sanear os seus fundos, o ministério está investindo R\$ 10 milhões no Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep). Até agora, Bahia, Paraná e Espírito Santo aderiram ao programa.

Com um déficit com os inativos projetado até o final do ano em R\$ 2,5 bilhões, a situação dos municípios é um pouco mais tranqüila do que a dos estados. Isso porque, dos cerca de 5,5 mil municípios, pelo menos 4,2 mil estão enquadrados no regime geral do INSS ou na Consolidação das Leis do Trabalho.

Gasto com previdência não poderá exceder a 12% das receitas líquidas correntes dos três níveis do governo